



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e dois, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Álvaro Maciel, Andréa Chiesorin, Carla Wendling, Ellen Costa, Igor Sebastian, Izaira França, Marcus Faustini, Paula Camargo, Reymont, Rosa Perdigão e Tarcísio Motta. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dez horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. Com o quórum presente, Roberta Canêjo apresenta-se, pontualmente, às dez horas, cumprimenta-os e explica que será dado o período dos quinze minutos iniciais para tolerância de atrasos para, então, ser iniciado o encontro. A reunião é iniciada após o período de tolerância de quinze minutos para eventuais atrasos e ocorre independentemente de quorum, conforme estabelecido no regimento interno deste Conselho. No entanto, uma falha na gravação e transmissão desta faz com que haja o registro do encontro, apenas, a partir do momento de fala e esclarecimentos por parte de Douglas Resende, da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural. Neste momento, Roberta Canêjo realiza um esclarecimento sobre os pedidos de inscrições, alertando que durante a discussão das pautas apenas os conselheiros podem formalizar este pedido. O pedido de fala dos convidados da sociedade civil será dado nos trinta minutos finais do encontro ou, caso prefiram, podem registrar suas dúvidas no chat da ferramenta. Seguindo a ordem das inscrições, a Secretária Executiva passa a palavra à conselheira Carla Wendling. A conselheira Carla Wendling cumprimenta os presentes e diz que gostaria de deixar registrado que, até o momento, não identificou o recebimento das respostas aos questionamentos realizados sobre os aportes à Deborah Colker e ao Junior Perim. Diz ter recebido retorno quanto a duas solicitações encaminhadas anteriormente, em vinte e seis de janeiro, mas que ainda faltam as respostas destas outras duas demandas. Em relação ao Fomento à Cultura Carioca - FOCA, diz não ter identificado, em nenhum momento, falar

sobre carnaval, cultura tradicional ou sobre a linha para pessoa física. A conselheira diz que este discurso vem sendo repetido de forma recorrente, mas que a maioria dos produtores da cidade são pessoas que possuem apenas registro como pessoas físicas. Acrescenta que identificou uma certa empolgação no discurso quando foi falado sobre o aumento no número de contemplados, que aumentou de trezentos e quatro para quatrocentos e dezesseis contemplados, mas que fica triste pela falta de noção, por parte da SMC, sobre o que ela tem de representatividade cultural na cidade. Segundo ela, uma Secretária que diz adorar e respeitar o carnaval e sua cultura. Carla Wendling cita os dois contemplados, Deborah Colker e Junior Perim, que receberam mais de sete milhões de reais, enquanto o valor destinado ao FOCA, segundo ela, é de dois ou três milhões. A conselheira diz que gostaria de ter mais esclarecimentos sobre a possibilidade de participação dos produtores que têm apenas CPF. Acrescenta que no mandato do Prefeito Marcelo Crivella, através da Lei Aldir Blanc, das cinco linhas existentes quatro contemplavam as inscrições por CPF. Carla Wendling diz que a Secretária segue não respeitando os produtores quando não entende que quem faz cultura na cidade são pessoas físicas e que, por muitas vezes, não tem condição de manter uma inscrição jurídica. A conselheira encerra suas contribuições e questionamentos. A Secretária Executiva questiona ao representante do FOCA, Douglas Resende, se ele prefere responder as dúvidas de forma individual ou que todas sejam apresentadas e respondidas de uma única vez. Douglas Resende responde que está anotando as dúvidas apresentadas para responder a todas de uma única vez. Ato contínuo, Roberta Canêjo, seguindo a ordem das inscrições, dá a palavra à conselheira Paloma Goulart. Paloma Goulart diz ser ocupante da cadeira de Design do CMPC e que atua como design de inovação. Em seu trabalho, atua em uma rede de pessoas que trabalham com design de inovação social e, através destes, foi questionada sobre quando surgiria essa demanda para inovação para serviços sociais. A conselheira relata que este Conselho só foi comunicado sobre o FOCA do ano anterior, quando o mesmo foi lançado e, novamente, não se teve acesso a construção dessas linhas do edital. Paloma Goulart diz que para ser possível propor novos projetos, é necessária organização prévia e a falta dessa comunicação vem sendo motivo de muitas reclamações. A conselheira diz que uma das principais discussões em seu curso de pós-graduação é sobre a inovação social, que as cidades precisam ter soluções partindo dos serviços que elas prestam, etc. Acrescenta que existe uma fala muito

bonita sobre esta discussão mas que esta fala não vem acompanhada de ações. A conselheira diz que sua dúvida é se haverá permanência dessa linha para os próximos anos e também, o que acaba sendo uma crítica, que não tenha ocorrido um aviso prévio sobre as linhas previstas. Segundo ela, a divulgação prévia permite uma melhor organização por parte dos produtores, permitindo que haja tempo hábil para elaboração de um projeto inédito e inovador. A conselheira encerra suas contribuições. Seguindo a ordem de inscrições, a palavra é passada à conselheira Andréa Chiesorin. Esta conselheira tem a palavra, cumprimenta os presentes e agradece a disponibilização da ata do último encontro e o comprometimento público por parte da SMC. Sobre o FOCA, a conselheira diz estar preocupada com a relação das políticas propostas pela SMC relacionadas ao Plano Municipal. Diz que, embora não seja de conhecimento sobre qual texto foi submetido à aprovação, a construção inicial foi realizada em conjunto e, nessa construção, foi esclarecido, firmemente, que as ações estejam em consonância com as políticas de afirmação. Andréa Chiesorin sugere um encaminhamento em relação ao segundo ponto da pauta. Visto que o representante da Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural não se fará presente durante todo o encontro, que sejam permitidas as inscrições dos convidados da sociedade civil que tenham dúvidas sobre este assunto. Sobre as falas anteriores, onde foram apresentadas dúvidas sobre as linhas para pessoas físicas e sobre a cultura tradicional, a conselheira diz que gostaria de acrescentar o questionamento sobre as pessoas com deficiência. Andréa Chiesorin questiona sobre o interesse de manter as linhas LGBTQIA +, Afro e ter excluído a linha para pessoas com deficiência e entender como o FOCA foi elaborado em desacordo com o que prevê o Plano Municipal. A conselheira encerra sua contribuição. Roberta Canêjo passa a palavra ao conselheiro Álvaro Maciel, fechando o bloco de dúvidas sobre o FOCA e, em seguida, Douglas Resende poderá responder às dúvidas apresentadas. Álvaro Maciel relata ter identificado e considerado positivo o aumento de duas linhas e da verba destinada ao edital, mas que gostaria de falar sobre a linha quatro, de pesquisa, inovação e criação. O conselheiro diz que era uma linha que estava faltando e questiona se o Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica estaria disponível para realização dos projetos, se na linha três, de festivais, está disponível a utilização das arenas e, em relação a territorialidade, se nas quatro linhas está destinado percentual as APs três, quatro e cinco. O conselheiro encerra suas contribuições.

Encerradas as contribuições dos conselheiros a palavra foi passada ao representante da FOCA, Douglas Resende, que responde pela Coordenadoria de Fomento e Democracia Cultural. Em relação a possibilidade de inscrição e participação das pessoas físicas, Douglas Resende diz que nas linhas dois, de territórios, e quatro, de pesquisa e inovação, é possível a participação de pessoas físicas. Sobre a dúvida em relação aos movimentos culturais tradicionais, Douglas Resende diz que na linha 1 (um) existe o segmento artístico exclusivo para a cultura popular, que, segundo ele, é o segmento que teve o maior aumento de verba. O representante da Secretaria diz que há previsão de manutenção da linha de pesquisa e inovação, visto que foi identificada uma demanda grande a partir do FOCA do ano anterior. Sobre a dúvida do segmento de design, Douglas Resende diz que há a linha de pesquisa e inovação, artes visuais ou outras, e que depende de como o produtor enxerga seu projeto. Em relação a exclusão da linha para artistas com deficiência, Douglas Resende diz que o FOCA permanece seguindo uma política que foi adotada no ano passado que é a de conseguir uma pontuação extra por ter pessoas com deficiência, indígenas, negras ou LGBTQIA + em posição de liderança ou protagonismo dentro dos projetos. A SMC entende que, com esta política e a grande concorrência nos editais, a presença de pessoas destes grupos é um fator decisivo para conseguir uma boa pontuação. Quanto a utilização dos equipamentos da SMC, caberá ao produtor propor os locais desejados para realização das atividades porém, na linha três, existe uma cota de que, no mínimo trinta por cento dos projetos aprovados na linha de festivais, sejam realizados, necessariamente, nas APs três, quatro e cinco ou nas favelas das APs um e dois. Quanto à linha dois, de territorialidade, o representante diz que é uma linha específica para produtores, moradores destas regiões, e que tenham suas atividades executadas nestas regiões. Douglas Resende diz que com essas políticas será possível que, pelo menos, trinta por cento das produções sejam de moradores destas regiões e que sejam projetos para estas regiões. O representante acrescenta que os indicadores do FOCA anterior mostram que mais de cinquenta por cento dos projetos aprovados são de produtores das APs três, quatro e cinco e das favelas das APs um e dois, reafirmando o compromisso da Secretaria com a territorialidade do orçamento e dos projetos culturais. Douglas Resende encerra suas contribuições e diz que, caso tenha deixado alguma pergunta sem resposta, que seja apresentada. O conselheiro Álvaro Maciel alerta que há dúvida sobre a disponibilidade do Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica

para execução de projetos. O Secretário Marcus Faustini pede a palavra para responder a demanda do conselheiro Álvaro Maciel. Marcus Faustini diz que, como ocorreu no ano passado, todos os equipamentos da SMC estão à disposição para realização dos projetos culturais, desde que haja um alinhamento posterior sobre o encaixe dos projetos nos cronogramas de cada equipamento. Uma vez elucidada esta questão, a conselheira Andréa Chiesorin pede a palavra. A conselheira diz não ter identificado nenhuma comunicação acessível do FOCA, seja de divulgação ou acesso e questiona quais são as propostas e estratégias para que as informações cheguem às pessoas com deficiência. Andréa Chiesorin questiona se há algum impedimento para contemplados em outros editais participarem do FOCA. Douglas Resende explica que ainda não houve a publicação do edital, apenas o lançamento do programa. Com isto, o representante diz que ainda não foi iniciado o trabalho de divulgação e que não é ele o responsável por pensar nestas estratégias de divulgação, porém, se compromete em replicar a demanda aos responsáveis pela comunicação da Secretaria. Andréa Chiesorin se coloca à disposição para colaborar com os conteúdos acessíveis da SMC e relata que os editais anteriores não contemplavam este público pela falta da utilização de tecnologias acessíveis por parte destes órgãos públicos. A conselheira encerra suas contribuições. A conselheira Ellen Costa gostaria de tirar uma dúvida sobre a Lei do ISS, com o objetivo de provocar os recortes na Lei do ISS. A conselheira diz que existe um Decreto Municipal que destina trinta por cento para as APs três, quatro e cinco, mas que, dentro das linhas do edital da Lei do ISS, não existem ações afirmativas ou recortes para a produção afro referenciada. Ellen Costa diz entender que a Lei do ISS possui a característica de fomento indireto, mas que é importante reforçar a participação dos produtores de determinados territórios, mas também realizar um recorte de raça. Roberta Canêjo passa a palavra ao representante da SMC, Igor Sebastian. Igor Sebastian diz que, desde o ano passado, foram realizadas oficinas, nos territórios, de escrita e inscrição nos editais da SMC. Acrescenta que já existe uma agenda sendo elaborada, priorizando a realização dos eventos nos finais de semana, permitindo maior participação e acessibilidade. Andréa Chiesorin sugere que este cronograma passe a ser compartilhado com o CMPC, para que haja participação dos representantes deste Conselho. A conselheira acrescenta que para que estas oficinas sejam acessíveis não basta ser aos finais de semana, é necessário que contem com a presença de intérpretes de libras e outras ferramentas de

acessibilidade, atingindo assim o público com deficiência. Andréa Chiesorin diz que acessibilidade não deve ser utilizada apenas no discurso e que gostaria de ter acesso a um relatório da SMC sobre as práticas acessíveis adotadas por esta Secretaria. Igor Sebastian diz que disponibilizará a este Conselho o cronograma de oficinas do FOCA. Sobre os questionamentos da conselheira Ellen Costa, Igor Sebastian diz que o ISS é previsto em Lei e que não é possível mudar ou fazer recortes, mas que a SMC tenta realizar algumas sugestões. Ellen Costa entende que o ISS é previsto em Lei, mas que existe um decreto, uma sugestão da SMC, que faz essa destinação dos trinta por cento dos aportes das empresas para áreas específicas da cidade e, com isso, acredita que não caiba manter esse discurso apenas para o território e que seja incluída essa prática para realizar o recorte racial para as produções de matrizes africanas dentro da Lei do ISS, tendo em vista que já existiram em outros momentos e que é uma questão da SMC querer realizar. Roberta Canêjo agradece as contribuições da conselheira e passa a palavra à conselheira Carla Wendling. A conselheira Carla Wendling diz ter participado, ativamente, dos plantões na Prefeitura na época da Lei Aldir Blanc e que isso representou uma abertura da Prefeitura para receber e ajudar as pessoas. Acrescenta que deve ter uma preocupação da SMC em acompanhar durante todo o processo, considerando a dificuldade das pessoas em realizar a prestação de contas. A conselheira diz que o esforço de realização das oficinas é válido, mas que devem existir pontos fixos durante o andamento e finalização do processo que é participar de editais e dá o exemplo dos representantes das Folias de Reis que estiveram, por intermédio dela, participando das Oficinas mas que teriam sido informadas que a Secretaria não poderia fazer nada em relação ao auxílio no decorrer do processo. Igor Sebastian diz que o ponto focal de dúvidas fora dos territórios é a própria Secretaria e que também serão divulgadas as oficinas a serem realizadas no prédio da Prefeitura. Roberta Canêjo sugere como encaminhamento para este ponto da pauta que seja compartilhada a agenda de oficinas do FOCA nos territórios e relata que a agenda das oficinas do ISS já estão divulgadas nas páginas da Secretaria. A Secretária Executiva informa que há uma dúvida sobre este ponto de pauta no chat, onde perguntam sobre os moradores de outros municípios, mas que prevê a realização de um projeto na cidade do Rio de Janeiro. Douglas Resende diz que a participação no FOCA restringe a participação de proponentes residentes no município do Rio de Janeiro, mas que explica que nos casos de trabalhos em equipe,

existe a possibilidade de colocar como proponente alguém que resida no município. Roberta Canêjo retoma sua sugestão de encaminhamento, acrescentando a busca, junto à equipe de comunicação, sobre as estratégias de comunicação com o público PCD, o convite ao Conselho para estar junto, no território, colaborando com a realização das oficinas e a disponibilização da agenda de oficinas. A conselheira Andréa Chiesorin sugere que os próximos pontos da pauta sejam discutidos em ordem diferente da enviada na convocação, começando pelas Eleições e, posteriormente, Conferência. Como não foram identificadas objeções, a Secretária Executiva dá prosseguimento aos pontos de pauta, mas explica que os referidos pontos de pauta tratam sobre o processo administrativo, ou seja, a contratação dos serviços para realização das Eleições e Conferência. Antes de ingressar nestes assuntos, o representante da SMC, Douglas Resende, questiona se pode se retirar, visto que as discussões sobre o FOCA foram finalizadas, agradece a oportunidade de esclarecer as dúvidas dos conselheiros e se coloca à disposição para esclarecimentos que venham a ser necessários futuramente. Antes que o representante encerrasse suas contribuições, a conselheira Andréa Chiesorin reforça o questionamento sobre a possibilidade de participação no FOCA por produtores que tenham sido contemplados em outros editais. Douglas Resende diz que não há nenhum impedimento para participar ou ser contemplada, visto que são processos diferentes. A convidada Marluce Medeiros questiona sobre a data de publicação do Edital e que vem recebendo esse questionamento. Douglas Resende diz que o lançamento está previsto para os próximos dias, mas que não pode precisar uma data devido possíveis percalços, que possam surgir. Andréa Chiesorin pede a palavra para explicar sua solicitação de inversão dos pontos da pauta, explicando que a ata de março, que deve ser aprovada nesta reunião, prevê um cronograma defasado para algumas atividades, mas a data para realização das Eleições podem ser aproveitadas, sobretudo pela necessidade de discussão quanto à realização da Conferência neste ano ou no próximo. A conselheira diz que, contudo, é necessário realizar as Eleições para que haja mudança no colegiado e, a partir disso, surja novo fôlego. Ellen Costa pede a palavra e solicita à conselheira Andréa Chiesorin que faça a leitura do cronograma das Eleições. Andréa Chiesorin realiza a leitura das datas: “Cronograma do Processo Eleitoral: 15/05 à 27/05. Homologação dos Candidatos: 05/06 à 12/06. Eleições online: 14/06 e 15/06.”. A conselheira continua a leitura do cronograma, agora com as datas das pré-conferências,

previstas para ocorrerem entre 06/05 à 25/05, tendo os dias 28/05 e 29/05 sido reservadas para caso surjam novas demandas. Com isso, a conselheira diz que o cronograma não faz mais sentido e mantém sua sugestão na realização das Eleições e que seja feita a discussão conjuntural sobre a realização da Conferência. Roberta Canêjo diz que a sugestão da conselheira Andréa Chiesorin depende da aprovação desta plenária e, se for de acordo, seguir as recomendações do Fórum Nacional, que diz que não há tempo hábil para realizar o processo de realização da Conferência seguindo todos os critérios de transparência. A Secretária Executiva explica que o adiamento da Conferência não impede a realização das Eleições, visto que o processo administrativo prevê uma flexibilidade de datas para realização da Conferência, uma vez que foi solicitado que este processo fique condicionado à aprovação do Plano Municipal de Cultura. A Secretária Executiva questiona se há alguma objeção quanto à prorrogação da Conferência e em manter as atividades do processo eleitoral, lembrando que no processo eleitoral será necessário realizar os encontros territoriais, de onde serão escolhidos os candidatos. Andréa Chiesorin diz estar perfeita a sugestão de encaminhamento e acrescenta que, provavelmente, como está em pauta a regulamentação das eleições e da conferência, acredita que seja possível retomar a análise conjuntural sobre a regulamentação dos fóruns territoriais, ocorrendo o que, segundo ela, será uma troca de prioridades. Roberta Canêjo sinaliza que a conselheira Paloma Goulart teria solicitado a substituição no grupo de trabalho, mas permanece sendo um ponto consultivo do grupo. A Secretária Executiva aproveita para lembrar de uma decisão tomada pelo grupo de trabalho, onde ficou decidido que a regulamentação dos fóruns territoriais seja feita por um grupo de trabalho específico. Com isto, surge a necessidade de formar um novo grupo de trabalho nesta plenária e, com a mudança de prioridade nas discussões, este é um fator primordial para realização das eleições. A Secretária Executiva questiona se há alguma objeção pela substituição da conselheira Paloma Goulart pela conselheira Andréa Chiesorin, no grupo de trabalho da Conferência e Eleições. Não houve objeções. Roberta Canêjo retoma as discussões sobre a utilização da Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO como um dos locais para realização das pré-conferências, visto que era previsto a utilização da Arena Jacob do Bandolim mas houve uma intensificação nos debates sobre levar o evento as dependências da UEZO e questiona se há alguma objeção em realizar esta substituição. A conselheira Paloma Goulart

alerta que é necessário consultar, junto a instituição, se haverá espaço disponível para tal, pois há previsão de realização de obras no prédio da universidade. Além disso, a conselheira diz que a estrutura e logística da Arena Jacob do Bandolim é melhor do que a da UEZO. A Secretária Executiva sugere, como encaminhamento, que fique registrado que não há objeções, no entanto, que seja verificada a possibilidade da universidade receber um evento desta magnitude. Igor Sebastian pede a fala e sugere que seja convocada uma reunião do GT da Conferência e Eleições para a próxima semana. A conselheira Andréa Chiesorin diz não ser esse o encaminhamento e sim qual a leitura conjuntural que a Secretaria fará de existir ou não a Conferência. Segundo ela, não há porque ter a discussão de um cronograma sem que haja uma definição da realização do evento. Andréa Chiesorin diz ser necessário aprovar a ata de março, realizar a discussão conjuntural do ponto três, sobre a realização da Conferência, a discussão do cronograma das eleições em dois mil e vinte e dois, a não existência de Conferência em dois mil e vinte e dois, a deliberação nesta reunião sobre o texto do Plano Municipal de Cultura, dito por Flávia Piana, que está na Secretaria Municipal de Fazenda, para que haja condição de acompanhar a audiência de sexta-feira, sobre o Plano. A conselheira segue alertando sobre a importância e necessidade de definição de alguns pontos ainda nesta reunião ordinária. Roberta Canêjo explica, sobre a aprovação da ata, que o documento foi encaminhado com antecedência e que não foram recebidas ponderações via e-mail. Desta forma, a Secretária Executiva questiona se há alguma objeção em relação ao que consta na ata. Andréa Chiesorin completa que a ata em questão está condicionada a um cronograma que não poderá ser cumprido e, por conta disto, a necessidade de realizar uma ressalva neste encontro. Roberta Canêjo passa a palavra à conselheira Paula Camargo. A conselheira Paula Camargo, em relação ao que fora abordado pela conselheira Andréa Chiesorin, existem dois pontos. Onde o primeiro é a aprovação de março, que não conflita que haja um novo cenário neste encontro de abril, uma vez que a ata foi confeccionada baseada na reunião de março, sendo aquela a informação de momento. Dito isto, as novas informações devem constar na reunião de abril que deverá ser aprovada no próximo encontro. O segundo ponto é em relação ao GT da Conferência, onde a conselheira diz entender que existe uma deliberação no cenário nacional para adiamento da Conferência, entende que não deve ocorrer a desmobilização ou interrupção nos trabalhos do GT da Conferência já existente, visto que podem surgir

percalços mesmo nos planejamentos feitos com antecedência. A conselheira leva em consideração que existem importantes eventos previstos para este ano e que podem, de alguma forma, mobilizar conselheiras e conselheiros. Com isto, sugere que o grupo de trabalho seja mantido ainda que a previsão de acontecimento da Conferência seja em dois mil e vinte e três para que os trabalhos não parem e o processo seja mais estruturado, ainda que haja um desmembramento do grupo para que os processos Eleitoral e da Conferência sejam trabalhadas de forma separada. Andréa Chiesorin diz que as considerações de Paula Camargo estão corretas, com a aprovação da ata de março e nesta reunião de abril organizar o que será feito daqui para frente. A conselheira diz que as eleições precisam ocorrer ainda em dois mil e vinte e dois e, conforme previsto no cronograma inicial, as pré-conferências podem ser utilizadas neste processo eleitoral e acrescenta que o grupo de trabalho da Conferência já se dará com novos conselheiros. Andréa Chiesorin explica que foi um pedido do atual colegiado que seja possível atuar no processo de transição, mas que a construção da Conferência já será de responsabilidade do novo colegiado. A conselheira reafirma a necessidade de ser definido e consta na ata da reunião de abril sobre a definição quanto à realização ou não da Conferência. Paula Camargo diz entender as considerações de Andréa Chiesorin, mas continua achando que a melhor opção é os grupos de trabalho seguirem seus trabalhos em paralelo, mesmo com o processo de transição que está previsto. Roberta Canêjo diz que, como colocado pelo Igor Sebastian, existe uma necessidade de convocação do grupo existente para uma reunião na próxima semana, onde o grupo poderá se debruçar sobre o processo eleitoral como uma prioridade e, posteriormente, sobre a Conferência. Paloma Goulart questiona se as alterações referentes ao grupo de trabalho constarão em diário oficial para registro. Roberta Canêjo diz que terá de apurar esta informação, mas adianta que a SMC não irá se opor à decisão do CMPC quanto ao adiamento ou não da Conferência. A Secretária Executiva acrescenta que a SMC compartilha do mesmo posicionamento da conselheira Paula Camargo e que não impedirá que os trabalhos dos GTs continuem mesmo que fique decidido pelo adiamento da Conferência. O conselheiro Adair Rocha questiona se ocorrerão encontros para as eleições ou se serão as pré-conferências. Roberta Canêjo esclarece que a regulamentação chama estes encontros de fóruns territoriais. Na última ocasião, os encontros que antecederam a Conferência foram divulgados como pré-conferências. Existe ainda a questão da não

regulamentação do que seriam os fóruns territoriais e, com isso, acabou sendo utilizado as duas nomenclaturas. A Secretária Executiva explica que o ideal é focar na utilização do termo pré-conferência, visto que este seria o período utilizado tanto para mobilização do processo eleitoral como de elucidação da Conferência. A conselheira Andréa Chiesorin diz que será confuso ouvir o termo pré-conferência sem, ao menos, ter uma definição sobre quando este processo ocorrerá. Devido a isto, sugere que seja levado para discussão no GT a possibilidade de chamar estas reuniões de: “Encontros Territoriais do Sistema Municipal de Políticas Culturais” porque as Eleições, o Plano, o Fundo e a Conferência estão dentro do Sistema Municipal de Cultura - SIMC. Dessa forma não se perde espaço de mobilização e possibilita a realização da discussão territorial, levando a discussão nos cinco territórios, apresentar o que é o Sistema Municipal de Cultura, pontuar que haverá êxito na aprovação do plano e começar a discussão dos novos candidatos para as eleições. O conselheiro Adair Rocha diz que a proposta da conselheira Andréa Chiesorin ajuda no esclarecimento e que gostaria de chamar a atenção para que não se confunda o processo que está se dando na cidade do Rio de Janeiro com o cenário Nacional. Adair Rocha acrescenta que vem levantando esta discussão sobre a arquitetura da destruição, que acontece no cenário nacional, e o que significa a arquitetura da criação, da resistência, que é aquela que está caminhando para aprovação de um Plano e de outras construções. Roberta Canêjo agradece a contribuição do conselheiro. A conselheira Paula Camargo questiona se haverá votação quanto ao possível adiamento da Conferência ou se isto será ponto de pauta do próximo encontro, pois acredita que não há consenso. A Secretária Executiva explica que esta é uma reunião em segunda chamada, ou seja, que acontece independente de quorum e que precisa verificar se há a quantidade mínima de conselheiros para que este ponto seja submetido à aprovação. Andréa Chiesorin diz estar de acordo em levar este ponto para votação na reunião ordinária de maio, prevista para este mês. A conselheira acrescenta que a convocação desta reunião em segunda chamada não previa esta decisão e que, certamente, existem outros conselheiros que gostariam de participar dessa tomada de decisão. Com isto, sugere que haja esse encaminhamento mas que a votação ocorra na reunião ordinária de maio. Realizada tal sugestão, a Secretária Executiva questiona se os presentes estão de acordo com este encaminhamento. Adair Rocha diz que gostaria que a próxima reunião ordinária não fosse realizada na segunda ou terça-feira, visto que gostaria de participar das

discussões e esses são os dias da semana em que não seria possível. A conselheira Ellen Costa diz estar de acordo com a colocação da conselheira Andréa Chiesorin sobre o cansaço do atual colegiado, visto que estão eleitos desde dois mil e dezoito e que existe um trabalho árduo na condução deste Conselho e na construção deste debate cultural na cidade do Rio de Janeiro. Acrescenta que são alguns exemplos do legado deste atual colegiado: a aprovação do Sistema Municipal de Cultura, o Fundo, a elaboração do texto do Plano Municipal de Cultura, entre outros. Ellen Costa diz que houve muito trabalho por parte dos representantes da sociedade civil mesmo com o anseio da Secretaria na saída deste colegiado. A conselheira segue sua fala dizendo que teve, nas últimas semanas, a experiência de estar com alguns representantes da Secretaria que relatam o quanto é insuportável estar na discussão deste Conselho por ser muito antigo. Conselho este que já vem fazendo discussões, com proposições e com o pensamento completamente estruturado e articulado. Para a saúde mental, para o bom viver e conviver com o Poder Executivo, a conselheira diz ser importante realizar este processo eleitoral. Como conselheira eleita e que se dedica, gratuitamente, para trabalhar pela política cultural da cidade, é cansativo encontrar pessoas que sequer participam das reuniões do Conselho, e ouvi-las falar que é difícil lidar com o atual colegiado. A conselheira diz que graças ao atual mandato, considerado insuportável por alguns, é possível ter um Sistema Municipal de Cultura e que está sendo possível tentar a aprovação de um Plano Municipal de Cultura. Encerradas as contribuições da conselheira, a palavra foi passada à Paloma Goulart. Ela diz que, no último encontro deste colegiado, fez um pedido de inclusão de ponto de pauta sobre a realização das reuniões em dias e horários alternados. A conselheira alerta que, enquanto não houver alternância nos dias e horários, as reuniões permanecerão sem quorum. Além disso, Paloma Goulart diz que gostaria de lembrar sobre o pedido pelos encontros presenciais, uma vez que o processo de readequação já foi finalizado. Que na última reunião que não foi realizada já havia solicitado que este encontro fosse realizado de forma presencial, que teve apoio de outros conselheiros mas que nada foi feito. Mais uma vez a conselheira clama pelas reuniões presenciais e nos territórios, com a possibilidade de acontecer aos sábados. Paloma Goulart pede que sua solicitação seja registrada em ata e ressalta a importância da participação da sociedade civil nas discussões deste Conselho. Roberta Canêjo agradece as colaborações das conselheiras Ellen Costa e Paloma Goulart e

diz que levará, novamente, a demanda apresentada aos representantes do gabinete da SMC. A Secretária Executiva diz estar aguardando a inscrição dos convidados da sociedade civil para fala já que o encontro já está em seus momentos finais. A conselheira Andréa Chiesorin sugere que a conselheira Paula Camargo, representante do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, possa dar algum relato sobre a reunião que havia sido solicitada pela convidada Rita Colaço, prevista na ata de março. A conselheira Paula Camargo diz que desconhece tal processo, mas que solicitou a verificação sobre o mesmo. A conselheira questiona se é de conhecimento da convidada a informação sobre o número do processo para facilitar as buscas. Roberta Canêjo diz que o último encontro deste Conselho contou com a presença do Marco Antônio, do gabinete da SMC, e a informação recebida é que ele entrará em contato com Rita Colaço hoje. A palavra foi passada à conselheira Carla Wendling. A conselheira diz não ter recebido resposta sobre os aportes realizados à Deborah Colker e Junior Perim, mas que também está aguardando a disponibilização das cópias dos e-mails encaminhados ao gabinete do Prefeito, solicitando a reunião que havia sido acordada entre ela e o próprio Prefeito. Carla Wendling diz que, diante do caso de vazamento de seu e-mail e a perda de credibilidade por parte da SMC, formalizou o pedido pela disponibilização das cópias dos e-mails, mas ainda não teve acesso a estes. Sobre as solicitações da conselheira Carla Wendling, Roberta Canêjo diz ter recebido a informação de que a resposta será enviada ainda hoje ao Conselho. A conselheira Andréa Chiesorin questiona sobre o acordo de disponibilização das datas que estão em atraso e diz ser importante que antes do novo processo eleitoral, as atas devem ser deixadas em ordem. Ressaltando a importância de que o novo colegiado tenha acesso ao legado produzido pelos atuais conselheiros. Andréa Chiesorin diz que os atuais conselheiros não abrirão mão de estar na próxima Conferência e mesmo no momento de transição, ainda serão conselheiros. Roberta Canêjo diz que não terá condições de enviar a ata desta reunião no próximo encontro, ainda neste mês de maio, mas providenciará o envio de uma ata em atraso e que providenciará o envio das demais posteriormente. Andréa Chiesorin concorda com a sugestão da Secretária Executiva, alerta a conselheira Paula Camargo que a informação solicitada já foi apresentada no chat e que falta a afirmação da Secretária Executiva sobre o envio do documento da Secretaria Municipal de Fazenda antes da audiência de sexta-feira. Roberta Canêjo confirma que fará o contato com o gabinete

solicitando o material para que seja providenciado o envio. Não houve inscrições da sociedade civil. Após tal fala, a secretária executiva Roberta Canêjo dá a reunião por encerrada com tais encaminhamentos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às onze horas e oito minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.